

SISTEMA FAEP



**Mala Direta
Postal**

9912271704-DR/PR

SENAR

CORREIOS

BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXVIII nº 1271 - 18/08/2014 a 24/08/2014

Tiragem desta edição 24.000 exemplares



QUEREM DEPENAR A AVICULTURA

TRIGO / MILHO

FAEP quer apoio
à comercialização

O BRASIL ACABOU

A incosequente
distribuição de terras

VIAGEM TÉCNICA

A 3ª missão
de produtores

Aos Leitores



Nesta edição, pela sétima vez, a FAEP mostra uma detalhada análise sobre os custos da avicultura. Aborda também o Projeto de Lei das Integrações (PL 6459/2013) que tem o objetivo de estabelecer um equilíbrio nas relações contratuais entre as agroindústrias integradoras e os produtores integrados. Estranhamente, na hora “h”, segmentos do setor industrial obstruíram a matéria. Nos contratos propostos pelas integradoras, há sérias distorções em relação ao proposto no Projeto de Lei.

Enquanto isso acontece, o noticiário está repleto de agrados proporcionados pelo governo russo que, apertado por pressões econômicas de americanos e europeus, recorre ao mercado brasileiro de carnes. Embora os resultados não sejam imediatos, haverá necessidade da manutenção ou aumento da produção de frangos e suínos. Quem são os fornecedores da agroindústria exportadora? Os maltratados produtores integrados. Não custa refletir sobre o uso de bom senso nessas relações.

E a campanha eleitoral que vinha sendo morna, foi inesperadamente assombrada com a tragédia da morte de Eduardo Campos, o jovem candidato à Presidência da República pelo PSB. As pesquisas vão ditar a mudança dos discursos – conciliatórios ou agressivos – dos candidatos, tanto nos Estados como à Presidência. Hora de meditar se o País vai bem ou é preciso mudar.

Índice

Exportação	03
Integração	04
Avicultura	07
Brasil Século XXI	10
Trigo / Milho	12
História - Jânio Quadros	14
Viagem Técnica	16
O Brasil acabou	20
Agroleite	22
Chia	23
CAR	24
Casa em Ordem / ITR	25
Eventos Sindicais	26
Via Rápida	30

Fotos: Fernando Santos, Milton Dória, Divulgação, Arquivo FAEP e Lucas Hongo

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette - FAEP | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon
Editor: Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Rumo a Moscou

Na briga de americanos e europeus com os russos, Brasil vira queridinho do governo de Vladimir Putin

O comércio entre os países segue normalmente a doutrina dos seus interesses, embora alguns, como o Brasil, teimem em dar mais peso à ideologia, como ocorre com os vizinhos bolivarianos – Argentina, Venezuela, Cuba. Mas volta e meia problemas geopolíticos inesperados interferem nas relações comerciais provocando um cenário onde países se bicam e terceiros levam vantagem. É o que está acontecendo com a briga entre a Rússia com a União Europeia e Estados Unidos tendo como causa a Ucrânia, com o oeste invadido por milícias russas que atormentam o governo de Kiev. Supostamente ninguém decente gosta de tirar vantagens dos problemas de outros, mas caiu no colo do Brasil, líder na exportação de carnes bovina e de frango, uma demanda adicional dos consumidores russos, grandes importadores.

Nosso país virou o queridinho do governo russo. Quem circula nos bastidores do comércio internacional prefere não lembrar que era exatamente a Rússia (e a Ucrânia antes da briga) que entornavam o caldo de nossas exportações de carnes, com sucessivos embargos e boicotes. As sanções americanas e europeias aos russos fez valer a mais antiga lei do comércio: oferta e demanda.

Até o anúncio das sanções, apenas 57 estabelecimentos

brasileiros podiam vender carne para a Rússia. Os agrados russos repentinamente aumentaram para 92 novas unidades de produção de carne bovina, suína e de frango habilitadas a exportar. E anunciaram que também querem lácteos.

A Rússia é o sexto principal comprador de produtos agrícolas do Brasil e o principal destino da carne bovina e suína. No ano passado, foram US\$ 2,8 bilhões em compras de alimentos, mais da metade em carnes. Pode ser medalha de bronze neste ano.

Tudo muito bom, tudo muito bem...para a indústria exportadora. Mas o que os produtores ganham com esses agrados? O sistema de integração deve estabelecer um equilíbrio nas relações contratuais entre as agroindústrias, integradoras e os produtores integrados. As agroindústrias empacaram na reta final um Projeto de Lei no Congresso. Por que?

Há sete anos a FAEP acompanha os custos de produção da avicultura no Paraná e a maioria dos produtores vem obtendo resultados negativos, ou seja, estão trabalhando no prejuízo. Como se sabe, para ser bom, um negócio tem que valer para os dois lados. Nas próximas páginas a avaliação dos problemas (e soluções) da avicultura.



ESTAMOS INDO A MOSCOU!

Porque a indústria empata a Lei das Integrações?

Estava tudo acordado, mas de repente, aos 48 minutos do segundo tempo, o setor industrial conseguiu obstruir o Projeto de Lei

Celso Doliveira é médico-veterinário do DTE/FAEP



O Projeto de Lei das Integrações (PL 6459/2013) é um marco legal que há anos está sendo gestado no setor produtivo e no Congresso Nacional com o objetivo de estabelecer um equilíbrio nas relações contratuais entre as agroindústrias integradoras e os produtores integrados.

São evidentes os benefícios que esse sistema de produção tem trazido para produção nacional em diversas cadeias produtivas. A integração agroindustrial tem sido responsável pelo desenvolvimento de verdadeiros campeões da produção nacional que se transformaram em líderes mundiais na produção de alimentos e de tabaco.

Entretanto existe um elo mais fragilizado nessa relação que necessita de uma atenção especial para manter a viabilidade de sua participação na atividade. Infelizmente nem sempre esse elo é

reconhecido e recebe a devida atenção no do sistema agroindustrial – esse elo é o produtor.

A Comissão de Avicultura e Suinocultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) desde 2008 conduziu uma negociação com representantes da agroindústria, juntamente com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), antiga Ubabef, Sinditabaco e Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) para construir um texto de consenso que fosse aprovado rapidamente em todas as instâncias do legislativo. Na construção desse texto inicialmente aprovado no Senado, teve a participação de diversas federações de produtores, da Universidade de Brasília, assessores jurídicos da CNA, ABPA e Sinditabaco.

A FAEP participou ativamente de todas as etapas desse processo. O Projeto de Lei 330//2011 da senadora Ana Amélia (PP-RS) foi readequado no texto de consenso aprovado no Senado e encaminhado à Câmara dos Deputados, onde recebeu nova numeração o PL nº 6459/2013. O compromisso de todos, lideranças dos produtores e da agroindústria, até então, era evitar ao máximo a apresentação de emendas para não descaracterizar o texto original e assim aprovar rapidamente na Câmara dos Deputados. Entretanto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) apresentou 17 emendas ao Projeto de Lei e então rapidamente formou-se uma força tarefa com representantes das entidades acima mencionadas para discutir e de novo construir o consenso no sentido de contemplar no texto do projeto de lei os interesses de todos os envolvidos, demonstrando, assim, pró-atividade, capacidade de diálogo e de superação de dificuldades.

Depois de concluídas as negociações e formado o novo consenso em torno das emendas apresentadas na Câmara dos Deputados, as entidades formalizaram o compromisso com a assinatura de uma Ata da Reunião de Debate, que documentou o compromisso

de todos os setores em defenderem o novo consenso e dessa forma promover junto às lideranças a aprovação da matéria na Câmara dos Deputados.

O que diz o projeto

No entanto, aos 48 minutos do segundo tempo, segmentos do setor industrial obstruíram a matéria, retomando assuntos que já estavam vencidos, como a representação dos produtores nas Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadec) e o estabelecimento de parâmetro para renda mínima, desconstruindo anos de discussões, negociações para formar um texto que atendesse as prioridades de todos os setores envolvidos, industrial, produtores e trabalhadores.

Esse resultado é extremamente negativo para produtores, trabalhadores e para agroindústria, uma vez que a situação de insegurança jurídica para orientar os contratos de integração, continua deixando o setor à mercê de conflitos de toda ordem que poderão trazer prejuízos para o setor e para a sociedade.

O que o Projeto de Lei 6459 estabelece:

- Obrigações para integradores e integrados.
- Que a relação de integração não se configura prestação de serviço ou relação de emprego entre integrador e integrado e seus

prepostos ou empregados.

- Mecanismos de transparência na relação contratual, tais como:
 - Clareza, precisão e ordem lógica na redação dos contratos;
 - Parâmetros técnicos e econômicos para determinar viabilidade econômica dos empreendimentos;
 - Explicação detalhada das fórmulas para o cálculo de eficiência da produção utilizado para a remuneração do produtor;
 - Garantia de que a remuneração do produtor não seja inferior a 90% do custo operacional de cada ciclo produtivo;
 - Responsabilidade solidária entre integrador e integrado no atendimento das obrigações de defesa agropecuária e sanitária;
 - Aviso prévio de rescisão do contrato considerando o ciclo produtivo e o total dos investimentos realizados;
 - Fóruns nacionais de integração por cadeia produtiva;
 - Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração por unidade industrial (CADEC);
 - Relatório com informações da produção (RIPI) que a integradora fornece a cada ciclo produtivo com indicadores de produtividade que são utilizados no cálculo da remuneração dos produtores;
 - Documento de Informação Pré-contratual (DIPC), fornecido pela integradora detalhando informações necessárias e atualizadas para que o integrado possa avaliar a viabilidade econômica da atividade;
 - Que o integrado deverá atender as exigências da legislação ambiental na propriedade assim como adotar medidas de prevenção dos possíveis impactos ambientais negativos.



A realidade dos contratos

Os contratos propostos pelas integradoras têm apresentado diversos problemas com sérias distorções em relação ao proposto no Projeto de Lei, colocando o produtor em flagrante situação de desvantagem em relação à integradora a ponto de muitos deles preferirem trabalhar sem contrato do que com contratos comprometedores. Abaixo estão discriminadas algumas arbitrariedades escondidas nos contratos propostos pelas integradoras e que prejudicam o produtor:

- Falta de clareza nas frases com uso de linguagem refinada que dificulta o entendimento do produtor;
- Inserção de cláusula indicando que o contrato será regido pelo Estatuto da Terra. A integração não tem semelhança nenhuma com a parceria proposta no Estatuto da Terra, não podendo ser regido pelo mesmo;
- Presença de cláusulas que possibilitam ingerência na propriedade, autorização da integradora para aumentar as instalações ou contratação e subordinação da mão de obra do integrado;
- Falta de aditivo contratual nos casos de alterações necessárias nas quantidades de animais alojados;
- Os contratos não estabelecem obrigações comuns quanto à responsabilidade pelo cumprimento da legislação de sanidade agropecuária e ambiental;
- Não estabelecem se haverá ou não seguro da produção, a amplitude de sua cobertura e a repartição dos valores;
- As cláusulas normalmente deixam ao arbítrio da integradora a de-

finição do prazo de criação e engorda, de 30 a 50 dias, o que pode comprometer o cálculo da eficiência que serve de parâmetro para remuneração do produtor;

- Falta de previsão da apuração da responsabilidade nos casos de baixa produtividade do lote que sempre é considerado de responsabilidade do produtor e, portanto, penalizado na sua remuneração;
- As cláusulas que tratam da remuneração, não estabelece qual a fórmula para o cálculo da eficiência, o que implica em falta de transparência;
- Falta de previsão expressa de que sob nenhuma hipótese a remuneração ao integrado poderá ser inferior ao custo de produção do lote amplamente discutido e acordado entre as partes;
- Normalmente existem contradições entre as cláusulas e os parágrafos que estabelecem a necessidade de aviso prévio para a rescisão do contrato em seu termo, nem direito a qualquer indenização, os parágrafos a seguir estabelecem que em caso de desinteresse na renovação, a parte deve avisar à outra com antecedência mínima de 4 meses, sob pena de incidência de multa rescisória;
- Existem contratos com cláusulas que possibilitam a integradora descontar 100% da remuneração do lote do integrado, para quitação de adiantamentos concedidos. Há necessidade de se estabelecer um limitador (ex.: 30% da remuneração do lote);
- Faltam relatórios com as informações técnicas que subsidiam a remuneração do produtor;
- Falta prever uma comissão, conselho ou comitê com representantes de produtores e da agroindústria para promover a conciliação de possíveis conflitos.



Os custos da Avicultura

Raio-X de custo dos sistemas de produção de frango no Paraná mostra 70% no vermelho

Por Celso Doliveira - Médico-veterinário do DTE/FAEP



Para atender uma demanda levantada pela Comissão Técnica de Avicultura desde 2008, a FAEP acompanha os custos de produção da avicultura no Paraná. A metodologia para o cálculo do custo de produção é a mesma desenvolvida pela Embrapa e adotada pela Conab para levantar custos de produção de aves e suínos nos principais estados produtores. Entretanto, no Paraná, um dos maiores produtores de aves do país, existe uma grande diversidade nos sistemas de produção, com grandes variações regionais. Em função disso, hoje a FAEP faz o levantamento de custo de produção nas nove principais regiões produtoras e em 40 diferentes sistemas de produção.

A tabela (pág. 21) demonstra de forma resumida o resultado dos custos de produção levantados no Paraná pela FAEP em maio de 2014. A receita aferida pelo avicultor para conduzir os frangos de corte até o porte ideal para o abate é um valor estabelecido

pela agroindústria integradora. Esse valor pago pela agroindústria pelo serviço especializado do avicultor, acrescido da venda da cama de frango compõe o total da receita do produtor.

De outro lado existem os custos que o produtor tem com a manutenção de mão de obra especializada, energia para o funcionamento dos equipamentos que garantem temperatura, umidade, luz, água e alimento para o correto desenvolvimento dos frangos. A manutenção das instalações e equipamentos, que frequentemente exige crescentes investimentos para acompanhar os avanços tecnológicos e os cuidados sanitários que a atividade exige também, são custos do produtor. O resultado dessa diferença, receitas menos os custos é aquilo que chamamos de resultado ou saldo da atividade. Esse resultado quando positivo considera-se como o “pagamento” que o produtor recebe por trabalhar e investir na atividade.

Acontece que a maioria dos produtores do Paraná vem obtendo resultados negativos, ou seja, está trabalhando no prejuízo. A tabela abaixo demonstra que nas nove (9) principais regiões produtoras de frango que a FAEP levantou os custos e nos 40 diferentes sistemas de produção, encontrou resultados negativos em mais de 70%, ou seja, 29 sistemas de produção, sobre a totalidade dos custos.

Esse resultado foi obtido desconsiderando do faturamento, a venda da cama de aviário. A cama de aviário em algumas regiões sofre restrições de uso, em função das características físicas ou químicas do solo. Igualmente, a proibição do uso da cama de aviários para alimentação animal restringiu ainda mais o mercado desse subprodu-

to. Portanto, é uma receita que nem sempre o produtor pode contar, também porque a retirada da cama dos aviários tem sido feita com intervalos cada vez maiores e muitas vezes significam custos adicionais para preparar a compostagem e deixar o produto apropriado para uso agrícola.

Distribuição dos Resultados do Levantamento do Custo de Produção da Avicultura à Partir do Faturamento Total com a Receita da Cama de Aviário e do Faturamento sem a Receita da Cama de Aviário sobre o Custo Total e sobre o Custo Operacional, nos Sistemas de Produção mais Frequentes nas Diferentes Regiões do Estado do Paraná em maio de 2014. Confira abaixo:

Regiões	Sistemas de Produção	Fat. c/cama do aviário		Fat. s/ cama de aviário
		Saldo Negat. Sobre/C.T.	Saldo Negat. Sobre/C.O.	Saldo Negat. Sobre/C.T.
Sudoeste Dois Vizinhos	4	1	0	2
Sudoeste Chopinzinho	5	5	2	5
Oeste Cascavel	6	2	1	4
Oeste Toledo	7	6	1	7
Oeste Medianeira	4	2	1	3
Norte Ubatã	3	1	0	2
Norte Cianorte	3	0	0	3
Norte Londrina	5	0	0	0
Centro-sul Campos Gerais	3	3	3	3
Total	40	20	8	29



Entretanto, mesmo considerando a receita total do avicultor, ou seja, receita com os serviços mais a venda da cama de frango, ainda assim 50% dos sistemas de produção pesquisados estão com saldos negativos sobre o custo total. Ou seja, o avicultor não está tendo nenhum tipo de pagamento sobre os fatores de produção que ele disponibiliza para a atividade: trabalho, capital, crédito, capacidade de gestão, etc. são doados para a cadeia produtiva sem qualquer remuneração.

De todas as regiões, a dos Campos Gerais é a que se encontra com os piores resultados, pois dos três sistemas de produção pesquisados, todos estão negativos sobre o custo operacional, mesmo computando a receita da venda da cama de aviário. Os produtores dessa região, além de não terem nenhum tipo de remuneração pelo seu serviço, estão vendo suas instalações e equipamentos se depreciando gradativamente. Se essa situação persistir por muito tempo, acabará com a ca-

Seis desses sistemas de produção com mais de um aviário (60%), tiveram saldo positivo sobre o custo total mesmo desconsiderando a venda da cama de aviário do faturamento da granja.

Isso indica a tendência de que as granjas que operam com mais de um aviário conseguem maximizar alguns fatores de produção como mão de obra e algumas instalações, tornando maior a probabilidade de obter resultados positivos.

Esse ganho em escala, entretanto, resulta em maiores investimentos que precisam ser estudados e realizados com maior comprometimento da agroindústria integradora quanto a: garantia do número de aves alojadas por lote, número de alojamentos por ano e preço pago por frango durante o tempo que durar o financiamento e/ou depreciação de suas instalações e equipamentos. Essas garantias constantes nos contratos de integração são os parâmetros que garantirão a sustentabilidade econômica da atividade na propriedade rural e darão segurança jurídica na relação e consequentemente na atividade.

Regiões	Sistemas de Produção c/ mais de 1 aviário	Saldo Posit. s/C.T.	
		Fat. c/cama do aviário	Fat. s/ cama de aviário
Sudoeste Dois Vizinhos	0	0	0
Sudoeste Chopinzinho	0	0	0
Oeste Cascavel	2	2	2
Oeste Toledo	2	0	0
Oeste Medianeira	2	1	1
Norte Ubitatã	1	1	1
Norte Cianorte	1	1	0
Norte Londrina	2	2	2
Centro-sul Campos Gerais	0	0	0
Total	10	7	6

pacidade dos produtores de permanecerem na avicultura, pois não conseguirão acompanhar os avanços tecnológicos que a atividade exige.

Dos 40 sistemas de produção pesquisados, 10 deles em seis regiões do Estado trabalham com mais de um aviário por produtor, conforme discriminado na tabela abaixo. Nesses 10 sistemas de produção com mais de um aviário e a maioria, ou seja, sete apresentaram resultados positivos sobre o custo total, considerando a venda da cama de aviário.

Distribuição dos Sistemas de Produção com Mais de um Aviário com Saldo Positivo Considerando o Faturamento com e sem a Venda da Cama de Aviário nas Diferentes Regiões Pesquisadas no Paraná em Maio de 2014. Veja na tabela acima.



O mundo rural no Brasil do século 21

Livro analisa a formação do novo padrão agrícola e agrário brasileiro

Por Pedro Loyola, coordenador do Departamento Técnico e Econômico da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP).



“Acho que só devemos ler a espécie de livros que nos ferem e trespassam. Se o livro que estamos lendo não nos acorda com uma pancada na cabeça, por que o estamos lendo? [...] Um livro tem que ser como um machado para quebrar o mar de gelo que há dentro de nós. É nisso que eu creio.” **Franz Kafka, carta a Pollak**

Em “O mundo rural no Brasil do século 21”, os leitores são convidados a mergulhar nos grandes temas da agricultura brasileira em 1.182 páginas escritas em cooperação por 51 cientistas sociais de mais de 20 instituições públicas e privadas.

Publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em coedição com o Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp), com patrocínio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a obra foi caprichosamente editada e organizada por Eliseu Alves e Zander Navarro (ambos da Embrapa) e Antônio Márcio Buainain e José Maria da Silveira (ambos da Unicamp).

A diversidade de análises e o pluralismo de ideias borbulha em cada um dos 37 capítulos, divididos em oito partes com temas unificadores, consagrados a debater sete teses de maior envergadura sobre o mundo rural brasileiro, confrontando passado e presente com um olhar para o futuro da agricultura no país.

Valho-me de uma resenha escrita por um dos organizadores do livro, Zander Navarro, da Embrapa: “As raízes de O mundo rural no Brasil do século 21 nasceram, especialmente, de duas motivações. Primeiramente, o contínuo acúmulo de evidências empíricas relativamente inesperadas, as quais foram se multiplicando ao longo dos anos no período recente. Registre-se, por exemplo, o crescimento ininterrupto da produção agropecuária e a quebra de recordes, ano após ano: entre 1975 e atualmente a produção pulou de 45 milhões para 200 milhões de toneladas de grãos. Mas a lista de fatos ilustrativos e reveladores é quase infindável e demonstra a pujança tecnológica e produtiva, mas também econômico-financeira, de um espaço da sociedade e sua principal atividade, antes entendidos



Pedro Loyola

isoladamente e percebidos como atrasados: a agropecuária e o mundo rural. Em oposição à depreciação social antes existente, ambos são atualmente notados e analisados como sendo intrinsecamente modernos e articulados aos demais setores econômicos e à vida urbana, assim aproximando o campo da cidade, em todos os sentidos, incluindo as facetas sociais e culturais.”

Vale ressaltar que a motivação para publicar a obra teve origem no artigo publicado pelos quatro organizadores na edição de junho de 2013 da Revista de Política Agrícola, intitulado “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro”, consagrando-se um grande debate nas ciências sociais brasileiras. Para o leitor que não teve a oportunidade de ler esse artigo, os organizadores do livro tiveram a preocupação de inseri-lo na publicação.

O livro passeia por um grande número de assuntos do mundo rural e os leitores terão a oportunidade de conhecer análises profundas de temas, como por exemplo, a financeirização do agronegócio, a coordenação e governança dos sistemas agroindustriais, os desafios da inovação e da extensão rural na agricultura, o desenvolvimento agrário bifronte, a questão agrária em torno da reforma agrá-

ria, a política agrícola, as experiências internacionais de agricultura familiar confrontadas com o caso brasileiro e uma parte final que se dedica a debater o “rumo à via argentina de desenvolvimento”, artigos que convergem com as sete teses, concordando ou não com elas; e que devem causar controvérsias, ampliando o debate sobre o futuro do mundo rural brasileiro, por sinal, um dos objetivos dos organizadores dessa grande obra.

Serviço

O livro será vendido apenas na livraria da Embrapa Informação Tecnológica, em Brasília. Os interessados podem fazer o pedido no endereço livraria@embrapa.br

Lançamento do livro em Curitiba

O livro será lançado em 5 de setembro, às 9h, no auditório da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) em Curitiba, em Seminário do Agronegócio Brasileiro que debaterá os desafios da inovação, política agrícola e assistência técnica. O evento contará com a participação de alguns autores e organizadores do livro e palestrantes especialmente convidados. Maiores informações da programação no site da FAEP www.sistemafaep.org.br com inscrições pelo endereço: economico@faep.com.br



FAEP alerta para apoio à comercialização do milho e trigo



A FAEP, com base em informações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Seab) e do mercado fez um detalhado cenário da produção e da comercialização do milho e do trigo paranaenses. Os dados serviram para sustentar dois documentos que foram encaminhados a Ministérios (*) e às bancadas do nosso Estado na Câmara Federal e no Senado (**), alertando sobre a necessidade de garantia de preços mínimos aos dois produtos.

No primeiro, aos órgãos do Executivo, é destacada a “importância do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (Mapa) e do Ministério da Fazenda planejarem para o mês de agosto, e para os meses seguintes, a utilização dos instrumentos de apoio à comercialização da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), com o apoio para 1,5 milhão de toneladas de trigo e de 2 milhões de toneladas do milho paranaenses”. No outro documento, a FAEP solicita a intervenção dos parlamentares paranaenses, com esse mesmo objetivo. Ambos são assinados pelo presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

- “O Mapa anunciou a liberação de R\$ 500 milhões para o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (Pepro) do milho relativo à safra 2013/2014 e 2014. A expectativa é de que esse volume de recursos seja suficiente para atender 10 milhões de toneladas do grão no Brasil. O Paraná, segundo maior produtor no ranking nacional, representa 19% da produção de milho do país”. Avaliou Ágide.

No Estado, os produtores terminaram o plantio do trigo e seguem com a colheita do milho de segunda safra. A Seab estimou que até este momento 60% da produção da segunda safra de milho foi colhida e que a produção deve totalizar 10,2 milhões de toneladas, das quais foram comercializadas apenas 17%.

Além disso, há ainda 24% da produção da safra de milho de verão 2013/14 em estoque, que somadas com a entrada do milho segunda safra em fase de colheita, totalizam praticamente 10 milhões de toneladas de milho que precisarão ser comercializadas nos próximos meses.



Como agravante, as exportações de milho do Brasil ainda não atingiram o ritmo previsto, por conta dos preços praticados no comércio internacional, com volume exportado no primeiro semestre de 2014 de apenas 5,3 milhões de toneladas, quando no mesmo período de 2013 foram exportadas 8,4 milhões de toneladas. Esse ano, o país está longe de repetir as exportações de 20 milhões de toneladas de 2013, o que representa maior oferta no mercado interno, pressionando os preços.

O milho tem preço mínimo definido pelo governo de apenas R\$ 17,67/sc-60kg e fechou a primeira semana de agosto com os preços médios recebidos pelos produtores em R\$18,75, segundo a Seab, indicando que poderá ocorrer dificuldades com a comercialização, considerando a intensificação da colheita e a maior oferta do produto, caso não sejam adotadas medidas para promover o equilíbrio entre oferta e demanda no mercado interno.

Trigo

Para o trigo, as estimativas de produção são de 3,9 milhões de toneladas no Estado do Paraná, líder nacional na produção do cereal, representando em torno de 52% do total produzido no país em 2014.

Desde janeiro de 2014, o preço médio pago ao produtor de trigo no Paraná tem sofrido reduções sistemáticas a cada semana. No começo deste ano, quando o produtor fez o planejamento da safra de inverno, a saca de 60 kg era cotada a R\$ 41,00 e ao longo dos meses foi perdendo valor, fechando em julho a R\$ 38,00. Agora, no momento que antecede a comercialização, está cotado a R\$ 34,66, sendo regis-

trados negócios a R\$ 32,00 na região de Maringá, conforme a Seab.

O preço mínimo estabelecido pelo governo federal é incompatível com o custo de produção, tendo sido fixado em apenas R\$ 33,45/sc-60kg. O valor pago ao produtor de trigo já não cobre o custo de produção de R\$ 39,92/sc-60kg, de acordo com os cálculos estimados pela Conab.

A colheita começou em agosto e é em setembro e outubro que historicamente concentram os meses de maior comercialização do cereal no Paraná, quando o cenário de preços para a cultura poderá ser ainda pior esse ano, considerando a intensificação da colheita e o aumento da oferta com a entrada de produto importado.

Conforme informações de mercado, a Argentina vai ampliar a produção para 12,5 milhões de toneladas (2 milhões a mais que no ciclo passado) e mais que triplicar as exportações de 2 milhões de toneladas do ano passado, passando a ter 6,5 milhões de toneladas para exportar nessa safra.

Diante disso, destacamos a importância dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda planejarem para o mês de agosto, e para os meses seguintes, a utilização dos instrumentos de apoio à comercialização da PGPM, com o apoio para 1,5 milhão de toneladas de trigo e de 2 milhões de toneladas do milho paranaenses". Justificou Ágide.

• Encaminhado ao Mapa , Ministério da Fazenda , Casa Civil | C/C - MDA | Planejamento | SAP/Mapa - Seneri Paludo | SE/Mapa - Gerardo Fontelles | ** Encaminhado às bancadas do PR em Brasília, ao presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária e a Célió Porto (IPA)

A RENÚNCIA DE JÂNIO

FI-LO PORQUE QUI-LO



Na história do país o mês de agosto registra duas cartas de ex-presidentes: a do testamento de Getúlio Vargas (BI 1270) e a de Jânio Quadros (1917-1992), esta de renúncia ao mandato presidencial.

Jânio nasceu em Campo Grande (MS), passou a infância e adolescência em Curitiba, mas fez sua carreira política em São Paulo como vereador, deputado, prefeito e governador. Ao se lançar como candidato à presidência da República em 1960, empolgou a população com a música de campanha que tinha os versos: “varre, varre, vassourinha, varre, varre a bandalheira/ Que o povo já ‘tá cansado de sofrer dessa maneira”. Prometia acabar com a corrupção,

equilibrar as finanças públicas e diminuir a inflação. Para ganhar a simpatia dos eleitores, o candidato costumava andar com roupas amassadas, carregar sanduíche de mortadela nos bolsos e não rejeitava bons tragos.

Eleito com 6 milhões de voto (48% do eleitorado), foi o primeiro presidente da República a tomar posse na nova capital do país, Brasília. Seus apoios políticos eram da elite do país, a classe social que sempre foi alvo de suas críticas. Na política internacional, dizia combater o comunismo, mas chegou a condecorar um dos líderes da Revolução Socialista Cubana, Ernesto “Che” Guevara, com a Medalha Cruzeiro do Sul, em agosto de 1961.

Na área econômica, Jânio foi conservador, adotando à risca as medidas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Congelou salários, restringiu créditos e desvalorizou a moeda nacional, o Cruzeiro, em 100%. Porém, nenhuma destas medidas foi suficiente para acabar com a inflação alta.

O que ocorreu foi um descontentamento da população, iludida com os discursos inflamados do candidato e, posteriormente, decepcionada com o novo presidente. Os apoios políticos a Jânio também se desfizeram inclusive a do jornalista e chefe da UDN, Carlos Lacerda. Na véspera da renúncia, em 24 de agosto, Lacerda fora à televisão denunciar um possível golpe que estaria sendo articulado por Jânio.

Em 25 de agosto, Dia do Soldado, ele saiu do desfile militar para entregar ao Congresso sua carta-renúncia. O Brasil se surpreendeu com o pedido descrito num texto com 290 palavras, contendo este trecho:

“Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive, do exterior. Forças terríveis levantam-se contra mim, e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, e indispensáveis ao exercício da minha autoridade”.

A revelação ao neto

O mais popular rádio-jornal daquela época, o Repórter Esso, em edição extraordinária, no dia 25 de agosto, atribuiu a renúncia a “forças ocultas”, frase que Jânio não usou, mas que entrou para a história do Brasil e que muito irritava Jânio, e quatro anos depois, em 1995, seu neto Jânio Quadros Neto e Eduardo Lobo Botelho Guazzini organizaram o livro de 340 páginas “Jânio Quadros : Memorial à História do Brasil”.

Sem rodeios e sem meias palavras, ele contou ter renunciado simplesmente porque tinha certeza de que o povo, os militares e os governadores o levariam de volta ao poder. “Foi o maior fracasso político da história republicana do país, o maior erro que cometi”.

E detalhou que tudo foi muito bem planejado e organizado.

“Eu acreditava que não haveria ninguém para assumir a presidência. Pensei que os militares, os governadores e, principalmente, o povo nunca aceitariam a minha renúncia e exigiriam que eu ficasse no poder. Fiquei com a faixa presidencial até o dia 26. Achei que voltaria de Santos para Brasília na glória. Ao renunciar, pedi um voto de confiança à minha permanência no poder. Isso é feito frequentemente pelos primeiros-ministros na Inglaterra. Fui reprovado. O País pagou um preço muito alto. Deu tudo errado”. Ele faleceu em 1992, aos 75 anos.

Decretos e frases

Como presidente, Jânio Quadros, baixou decretos estranhos como a proibição do uso de biquíni nas transmissões televisivas do concurso de Miss. Proibiu também as rinhas de galo, o lança-perfume em bailes de carnaval, sessões de hipnose e o jogo de carteados. E foi um grande frasista:

“**Fi-lo porque qui-lo**”.

“**Lê-lo-á quem suportá-lo**”.

(sobre um livro de contos que escreveu).

“**Bebo-o porque é líquido, se fosse sólido comê-lo-ia**”.

“**Intimidade gera aborrecimentos e filhos. Com a senhora não quero ter aborrecimentos e, muito menos filhos. Portanto, exijo que me respeite.**” (Como Prefeito de São Paulo, em 1987, a uma jovem jornalista que o tratou como “você”).

“**Desinfeto porque nádegas indevidas se sentaram nela**”.

(sobre a cadeira de Prefeito de São Paulo)

Agosto toc-toc-toc

Milhões de brasileiros ainda tinham na memória a imagem do presidente Eduardo Campos em sua entrevista ao Jornal Nacional, na noite do último 12, quando ocorreu o acidente que o matou na manhã do dia seguinte. O episódio que tirou a vida do ex-governador de Pernambuco reavivou a lembrança de que agosto é o mês de tragédias e crises políticas. Além da renúncia de Jânio Quadros, tema destas páginas, do suicídio de Getúlio Vargas (24 de agosto de 1954), outros fatos ocorreram.

O presidente Costa e Silva, em 31 de agosto de 1969, sofreu um AVC e o Brasil passou a ser governado (por dois meses) por uma Junta Militar. Juscelino Kubitschek foi cassado em agosto (1964) e morreu em 22 de agosto de 1976; a eleição de Adolf Hitler como Chanceler da Alemanha em 2 de agosto de 1934; a Primeira Guerra Mundial começou em 4 de agosto de 1914; o lançamento das duas bombas atômicas sobre o Japão em 6 e 9 de agosto de 1945.



Ciência a serviço do campo

Expedição da FAEP aos EUA e Canadá visita centros de pesquisa da Monsanto e da Dow Agrosience

Textos e fotos: André Amorim



A Viagem Técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR pela América do Norte incluiu uma visita ao centro de pesquisas da multinacional Monsanto, que produz variedades de sementes de milho e soja que são bem conhecidas dos produtores brasileiros.

Próximo ao Rio Mississippi, no Estado de Illinois (EUA), o Centro de Pesquisas da Monsanto concentra mais de 1.000 cientistas, que conduzem pesquisas genéticas voltadas à tecnologias transgênicas resistentes a insetos, herbicidas e tecnologias de ponta na agricultura. A multinacional pretende expandir suas instalações numa área de 80 hectares de terra onde serão abrigados mais 600 pesquisadores.

Na viagem que realizaram pelos EUA/Canadá, produtores e técnicos paranaenses visitaram os laboratórios que estão desenvolvendo as sementes que serão usadas nas próximas décadas.

Uma década é o tempo médio para o desenvolvimento de uma nova semente. Nos primeiros seis anos de pesquisa, as melhores cultivares vão para estufas que reproduzem diversos tipos de condições climáticas, com controle total da luz, umidade, vento e temperatura. Nestas estufas até o solo é usado de forma a reproduzir

condições reais. Existem amostras de solo de diversos lugares do mundo para dar a dimensão exata de onde serão cultivadas estas sementes no futuro. Depois de 10 gerações de cruzamentos, são selecionadas entre 50 e 60 cultivares diferentes que são levadas para o mundo real, para mais três anos de testes. Hoje existem 28 pesquisas em andamento.

Café e frutas cítricas não estão na agenda da Monsanto, mas há experimentos na área de energias renováveis, como cultivares de cana-de-açúcar, além de algodão, tubérculos, raízes como mandioca e legumes, sem falar de milho e soja, os grandes carros-chefe da companhia.

A importância da pesquisa fica demonstrada com a exposição de um pé de milho mexicano de 8 mil anos, que dá pequenas espigas sem valor comercial algum. Segundo a pesquisadora Kathy Sehnert, a espécie era utilizada na fabricação de casas em eras ancestrais. Conforme as sementes caíam pelo caminho – em diferentes regiões – iam evoluindo de maneiras diferentes, até chegar próximo daquilo que conhecemos hoje. “Não podemos esperar 5 mil anos

para que a mãe natureza faça os cruzamentos certos”, observa ela. É aí que entra a engenharia genética.

Os cientistas inserem no código genético (DNA) das plantas - genes que irão trazer esta ou aquela característica desejável para a produção. Pode ser menor dependência de água, resistência a determinado tipo de inseto, ou condições de produtividade sob determinada situação. Na questão dos insetos, por exemplo, são colocados ovos em culturas com diferentes tipos de proteína, quando estes eclodem e as larvas se alimentam da proteína, é avaliada qual delas matou o inseto. Ao encontrar a proteína com ação inseticida, identificam qual gene produz aquela proteína para inseri-lo no DNA da planta.

Down Agrosciences

Outra parada da Viagem técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR foi a Down Agrosciences, empresa parceira do Sistema FAEP/SENAR-PR no Programa Agrinho que, assim como a Monsanto, atua na pesquisa e desenvolvimento de novas sementes para agricultura. Com matriz na cidade de Indianápolis (Estado de Indiana), ela reúne um time de mais de 500 cientistas PhD's, que conduzem pesquisas nas áreas de soja, milho, algodão, sorgo, girassol, braquiária, canola e alfafa.

Atuando em diversos segmentos da química, a Down faturou em 2013 US\$ 700 bilhões, sendo que a divisão agro (Down Agrosciences) respondeu por 10% deste montante. De cada dólar faturado, dez centavos são direcionados à pesquisa. Esta estratégia explica o grande número de patentes científicas registradas pela empresa, que no ano passado experimentou um crescimento de 230%. Lançar um novo produto significa um investimento que varia entre US\$160 milhões e US\$ 250 milhões.

A região de maior atuação é o continente americano, sendo o Brasil um dos mercados mais promissores. Na área do milho, por exemplo, a participação da empresa nas lavouras brasileiras era de 18% no ano passado e espera-se que chegue a 22% em 2017. A estimativa é que nos próximos cinco anos o país seja seu principal mercado.



A companhia possui 11 plantas de produção na América Latina, sendo cinco no Brasil. Existem unidades em Castro, Toledo e recentemente a empresa adquiriu a Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola (Codetec), um centro de pesquisas de sementes em Cascavel. “O Paraná é muito importante para nós”, diz Mozart Fogaza, brasileiro responsável pelas novas tecnologias de milho da Down para a América Latina. Diante disso, não surpreende que uma das estufas de pesquisa seja destinada para o estudo da ferrugem asiática, doença que não existe nos EUA.

Uma das linhas de pesquisa da empresa é o desenvolvimento de cultivares para óleos saudáveis, como canola. Este produto tem até 80% menos gorduras saturadas do que o óleo de soja. Outra vertente estuda como produzir óleos vegetais com a substância ômega 3, que é extraída dos peixes.

Atualmente a Down possui ensaios de campo da tecnologia “Exzact”, um método de produção de organismos geneticamente modificados muito mais precisa do que a atual, inserindo o gene com precisão no melhor lugar do DNA da planta. Outra vertente deste sistema é a possibilidade de “desligar” um gene que não seja interessante no código genético do vegetal, sem precisar inserir genes novos. Desta forma, plantas deste tipo poderiam ser consideradas não-transgênicas.



Importância do refúgio

Durante apresentação na Down Agrosciences, Mozart Fogaza destacou a importância dos produtores brasileiros manterem a área de refúgio nas lavouras. Isso porque no Brasil as lagartas do tipo spodoptera tem grande mobilidade aérea, isto é, se movem em maiores distâncias por cima das plantas, diferentes das espécies encontradas nos EUA, que atuam junto às raízes. “O refúgio estruturado no Brasil é muito melhor e mais eficiente do que o refúgio no saco”, afirma, referindo-se à estratégia utilizada em algumas lavouras norte-americanas que insere em cada saca de sementes transgênicas 10% de grãos convencionais. Para funcionar no Brasil, esse percentual deveria ser de 25% a 30%, o que torna a estratégia ineficiente.

Cooperação e prosperidade no país do “Tio Sam”

Para conhecer a realidade do sistema cooperativo nos Estados Unidos a Viagem Técnica do Sistema FAEP/SENAR-PR foi ao Estado de Iowa. Os participantes iniciaram o segundo dia da viagem técnica em uma unidade de fabricação de ração para suínos e fertilizantes da cooperativa River Valley.

Os produtores paranaenses conheceram a estrutura de recebimento e armazenamento de grãos da unidade, que recolhe a produção de cerca de 900 agricultores da região. Não existe pressão para que a negociação seja feita com exclusividade com a cooperativa. A fórmula da fidelidade é o prêmio pago, que torna a venda da produção mais atrativa do que o envio dos grãos pelo terminal hidroviário próximo, ou a destinação para a produção de etanol.

Com 18 unidades, a River Valley fornece assistência técnica para seus mais de 2 mil cooperados. No inverno os agrônomos da cooperativa visitam os produtores e fazem o plano para a próxima safra, calculando o quanto de fertilizantes e defensivos será aplicado em cada lavoura. Estes profissionais também vão a campo entre abril e junho para avaliar pragas e doenças e assim alinhar qual estratégia será adotada no manejo futuro. Nos EUA, os produtores não são donos de pulverizadores e aplicadores, é a cooperativa ou a empresa terceirizada que realiza o serviço que são donas do equipamento.

O milho que chega nos caminhões é analisado para verificar o nível de umidade e impurezas. Após classificado, o grão é despejado em moegas e elevado para armazenagem e secagem. Um dos detalhes que chamaram a atenção dos produtores é que o fundo das

carretas é equipado com um sistema em “v” por onde a carga é descarregada, imprimindo maior rapidez ao processo. Durante a época de colheita é descarregado um caminhão a cada três minutos, algo em torno de mil toneladas por dia, tudo destinado à fabricação de ração.

A encomenda de ração é feita via internet e o produto é entregue diretamente nas granjas.

Durante a visita, os paranaenses puderam ver um novo tipo de silo em construção. Com estrutura, semelhante a um estádio, redonda e aberta de metal, este modelo é mais econômico que os silos tradicionais. Ele possui uma base de concreto, laterais de metal e uma torre no centro que segura uma lona que abriga os grãos. Com capacidade de armazenagem de 750 mil bushels, o custo para a construção deste tipo de silo é apenas 25% de um silo metálico. O único inconveniente é que ele deve estar em operação o tempo todo, se ficar parado estraga.

Fertilizantes

A unidade da River Valley visitada pelos paranaenses também conta com um depósito de fertilizantes. Fósforo e potássio estão dispostos em granéis sólidos (granulados) e também amônia líquida, que é composta por 82% de nitrogênio. No depósito existe um misturador para fazer as receitas que serão aplicadas nas propriedades.

A rota da aplicação é toda computadorizada e a análise do solo é feita a cada três anos. Na região não se aplica fertilizantes na soja, apenas no milho, pois a economia na aplicação é maior do que o ganho com o acréscimo na produtividade da oleaginosa. É comum plantar num ano soja e no outro milho.



Suínos

A estrutura da cooperativa também comporta uma granja de terminação na qual os suínos entram com cinco quilos e saem para o abate com 127 quilos. “Aqui é o país do suíno”, diz John Maxwell, cooperado e proprietário da Fazenda Cinnamon Ridge, que recebe excursões de produtores para demonstrar o sistema de produção norte-americano. Em sua propriedade ele planta milho, soja, tem uma granja de suínos e um plantel de vacas de leite totalmente robotizado.

O local onde as vacas são ordenhadas é equipado com uma balança para verificar a diferença de peso antes e depois da ordenha. O sistema também controla quantos passos cada animal dá, a ruminação e o período de cio. O robô que leva a ração produz um som característico, que ajuda a condicionar os animais. Quando o número de células somáticas passa de 85 mil o robô descarta automaticamente o leite.

Outro empreendimento de Maxwell é uma pequena loja na estrada onde ele comercializa seus produtos, carne suína, doces e pães feitos na fazenda. A loja não conta com nenhum funcionário. Cada freguês deposita o dinheiro da compra em uma abertura e vai

embora. Só foram registrados dois roubos e os responsáveis foram pegos, pois a loja é toda equipada com câmeras.

Stevens Shorthorns

Depois de conhecer a realidade de grades estruturas produtivas, a missão da FAEP visitou uma pequena propriedade. Na Fazenda Stevens Shorthorns, em uma área de 100 hectares é criado gado da raça Shorthorn, cultiva-se soja e alfafa.

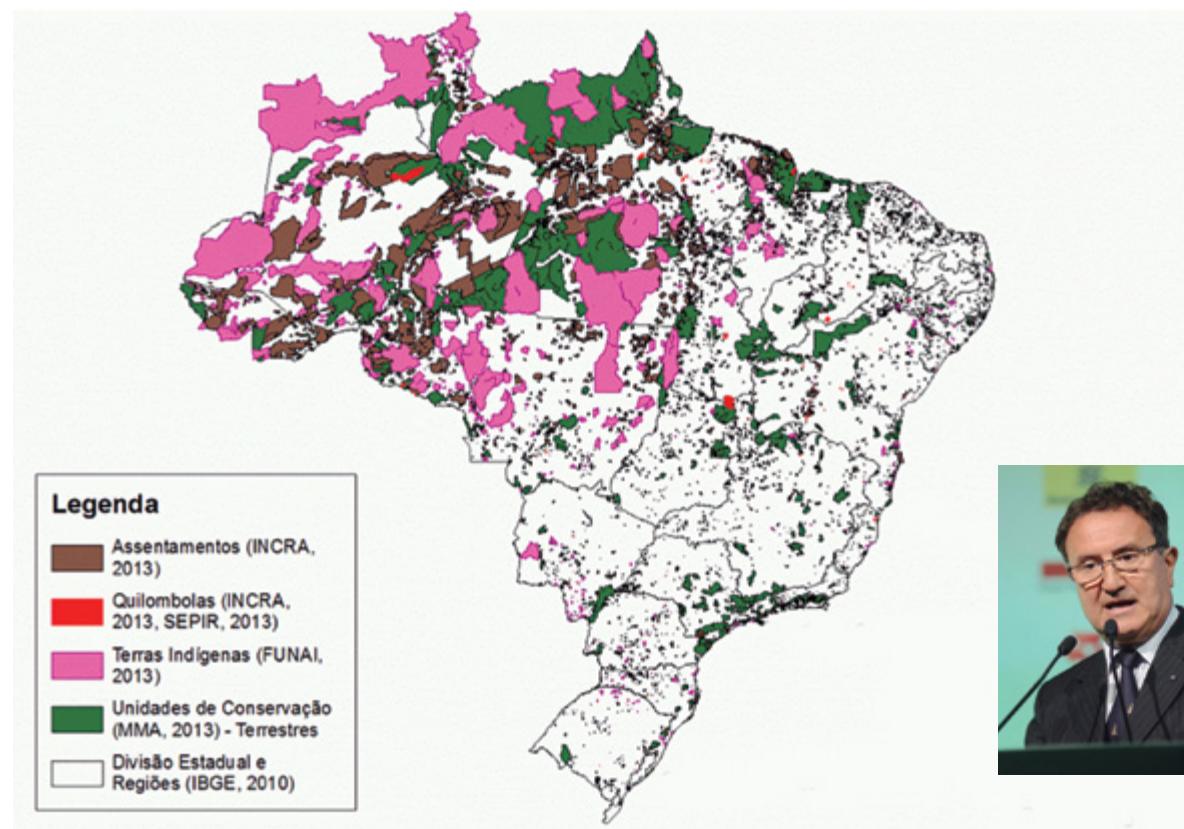
A fazenda é tocada pela família de Mônica Stevens. Ela cuida do gado (80 vacas e quatro touros) e o pai e a mãe tocam a lavoura. A produtora se orgulha do controle que realiza de cada animal, anotando a idade, origem, quando vai parir, qual touro cobriu, etc.

O sistema da propriedade não é considerado confinamento, pois os animais podem entrar e sair do galpão. Mônica conta que no ano passado, o inverno rigoroso se converteu em produtividade. “As vacas comem mais do que o usual, então as bezerras ficaram maiores”, diz. Dependendo da genética, os animais ganham até um quilo por dia durante a fase de amamentação.



O BRASIL ACABOU?

Evaristo Eduardo de Miranda
Coordenador do GITE – Embrapa



Em 25 anos, o governo federalizou quase 35% do território nacional destinando-o a unidades de conservação, terras indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos de reforma agrária. Sem planejamento estratégico adequado, esse conjunto de territórios resultou essencialmente da lógica e da pressão de diversos grupos sociais e políticos, nacionais e internacionais. Agora, o país está diante de um desafio de gestão territorial, gerador de conflitos cada vez mais agudos, conforme mostram os dados reunidos pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica – (GITE) da Embrapa.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, até outubro de 2013, 1.098 unidades de conservação ocupavam 17% do Brasil. Aqui, na maioria dos casos, as unidades de conservação excluem a presença humana, enquanto na Europa, Ásia e Estados Unidos pode haver agricultura, aldeias e diversas atividades nos parques nacionais, sem evocar a ampla visitação turística.

Nas unidades de conservação, a legislação ambiental brasileira ainda define no seu entorno externo uma zona de amortecimento onde as atividades agrícolas (e outras) são limitadas por

determinações da gestão da unidade de conservação (proibição de transgênicos, de pulverização com aviação agrícola etc.). A largura dessa zona é variável. Estimativas por geoprocessamento avaliam o seu alcance territorial entre 10 a 80 milhões de hectares adicionais (1 a 9% do Brasil), dependendo da largura dessa faixa que pode variar entre as unidades de conservação e mesmo ao longo do perímetro de uma única unidade.

Segundo a Funai, 584 terras indígenas ocupam aproximadamente 14% do território nacional. Reunidas, essas duas categorias de áreas protegidas, eliminando-se as sobreposições, ocupam 247 milhões de hectares ou 29% do país.

Com quase 30% de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas), o Brasil é o campeão mundial da preservação (Pág. 21). Segundo a International Union for Conservation of Nature (IUCN), os 11 países com mais de dois milhões de quilômetros quadrados existentes no mundo (China, EUA, Rússia etc.) dedicam 9% em média de seus territórios às áreas protegidas.

A atribuição de terras pelo governo federal não acaba por

ai. Sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) existem 9.128 assentamentos, de diversas naturezas e estágios de implantação. Eles ocupam 88,1 milhões de hectares, ou seja, 10,2% do Brasil ou 14,4% do que resta quando descontado o território já atribuído às áreas protegidas. Essa área equivale a quase o dobro da cultivada atualmente em grãos no Brasil, responsável por cerca de 190 milhões de toneladas na última safra.

Pelos dados do INCRA e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, as 268 áreas quilombolas decretadas ocupam cerca de 2,6 milhões de hectares. No conjunto mais de 290 milhões de hectares, 34% do território nacional, estão atribuídos.

O mapa do Brasil com mais de 11.000 áreas atribuídas, essencialmente pelo governo federal, impressiona e permite visualizar a complexidade da situação atual. Esse mapa ilustra o tamanho do desafio de gestão territorial e fundiária. Cada uma dessas unidades pede um tipo de gestão, avaliação e monitoramento específicos e

transparentes.

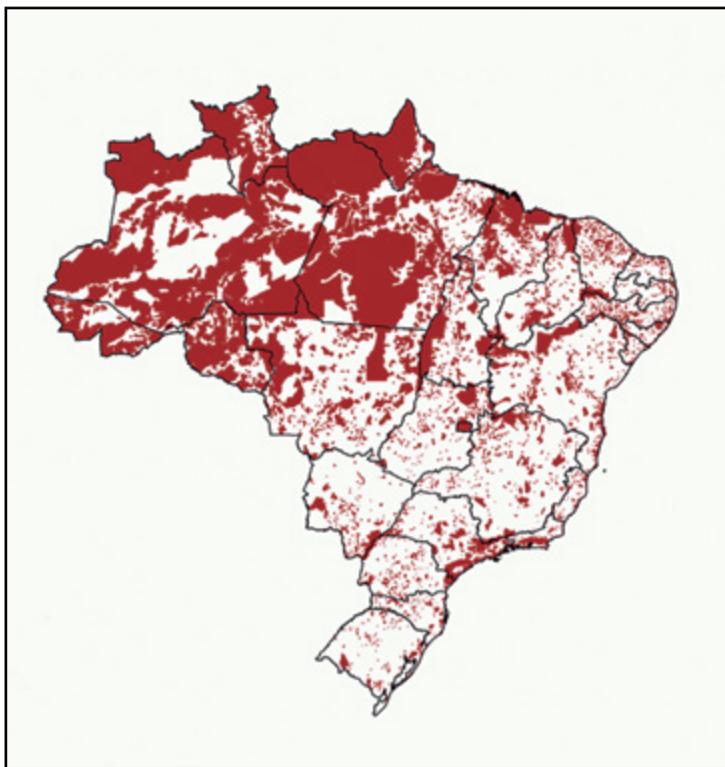
O governo federal continuará atribuindo-se mais e mais extensões de terra que, na maioria dos casos, sairão do controle dos Estados e municípios. Há Estados em que boa parte de seu território já foi “federalizada” por decretos federais de atribuição de áreas que estarão por muito tempo sob o controle de órgãos e instituições federais. Além das áreas já atribuídas, existem milhares de solicitações adicionais para criar ou ampliar mais unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos agrários e quilombolas. Cada vez mais, as novas áreas reivindicadas já estão ocupadas pela agricultura e até por núcleos urbanos. Esse quadro complexo de ocupação e uso territorial representa um enorme desafio de governança fundiária e envolve conflitos graves, processos judiciais, impactos sociais e implicações econômicas significativas.

Além das demandas adicionais desses grupos, minorias e movimentos sociais, todos com sua lógica e legitimidade, há ainda a necessidade de compatibilizar essa realidade territorial com crescimento

das cidades, com a destinação de locais para geração de energia, para implantação, passagem e ampliação da logística, dos meios de transportes, dos sistemas de abastecimento, armazenagem e mineração.

O país campeão da preservação territorial exige que os agricultores assumam o ônus de preservar porções significativas no interior de seus imóveis rurais, como Reserva Legal ou Áreas de Preservação Permanente, num crescendo que pode começar com 20% e chegar a 80% da área da propriedade na Amazônia. A repercussão do crescimento do preço da terra no custo dos alimentos é apenas um dos reflexos dessa situação.

Como disse Maurício Lopes, presidente da Embrapa, em artigo no Correio Brasiliense (8/6/2014), os pesquisadores brasileiros estão cientes de que somente sistemas de gestão territorial estratégicos poderão garantir a compreensão do potencial e dos limites da base de recursos naturais e dos processos de uso e ocupação das terras. E ajudar a superar esse grande e inédito desafio de inteligência territorial. Mas, só pesquisador não basta.



- **1.098** unidades de conservação
- **584** terras indígenas
- **9.128** assentamentos de reforma agrária
- **268** quilombolas
- **11.078** áreas
- **291.535.000** há a gerenciar
- **34%** do Brasil

Agroleite - a vitrine da cadeia do leite



Realizada de 04 a 08 de agosto, a 14ª edição da Agroleite, em Castro, recebeu cerca de 98 mil visitantes, entre produtores rurais, estudantes, empresários, representantes da indústria de equipamentos agrícolas, profissionais e técnicos da cadeia do leite. O ponto alto da feira é a tecnologia que o setor leiteiro incorpora cada vez mais ao processo produtivo.

Esse ano o SENAR-PR participou do evento com um estande de 100 metros quadrados, onde os visitantes conheceram os cursos da cadeia do leite oferecidos pela instituição. Os visitantes receberam material explicativo sobre os cursos e foram recepcionados pelos personagens Agrinho e Aninha, que fazem parte do Programa Agrinho, desenvolvido há 19 anos pelo SENAR-PR e voltado para os alunos e escolas das redes de ensino do Estado.

O diretor secretário da FAEP Livaldo Gemin, visitou o evento no dia (06/08) com 18 líderes sindicais que compõem o Núcleo

dos Sindicatos Rurais dos Campos Gerais (NSRCG). No dia seguinte foi a vez do superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto comparecer ao evento. E, no dia 08 o vice-presidente do Conseleite Paraná, Ronei Volpi, também diretor executivo do Fundo para o Desenvolvimento da Agropecuária (Fundepec) e presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP visitou o evento.

Também estiveram no estande do SENAR-PR representantes das Federações e SENAR dos Estados: do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Espírito Santo e produtores rurais do Paraguai e Argentina. De acordo com os organizadores da 14ª edição da Agroleite movimentou em negócios R\$ 60 milhões, um aumento de 15% em relação ao ano passado. Além dos negócios também foram realizados Fóruns sobre Pecuária Leiteira, Agricultura e Suinocultura; Torneio Leiteiro; Painel Técnico da Ovinocultura; Leilões de animais; Concurso de Silagem e Campeonato de Tratores.

Chia – o grão da moda

Agrônomo da Emater recomenda cautela no cultivo



Alguns produtores do Oeste do Estado estão experimentando uma nova cultura de inverno, a chia - uma planta herbácea originária do México. Para a economista do Deral/Seab em Cascavel, Jovir Vicentini Esser, a chia é uma cultura alternativa de inverno muito rentável. “Em 2013 o quilo da semente estava sendo comercializada a até R\$18,00”. Ela acompanha o cultivo da chia e outras culturas alternativas de inverno como painço, canola e linhaça na região Oeste há dois anos.

O produtor rural Xavier Farolli Filho, 38 anos, de Cascavel, cultiva há três anos 120 hectares e também beneficia o produto. “Eu descobri a chia vendo matérias na internet e na TV. É uma cultura delicada, que exige bastante cuidado, principalmente no beneficiamento que também faço. Esse ano o preço caiu por conta da invasão da chia paraguaia, mas vou continuar plantando”, informa. No comércio pela internet a semente chega a alcançar R\$ 40,00 o quilo.

Segundo o produtor Lauri Luiz Finkler, 32 anos, de Toledo, a chia gosta de inverno com os dias mais curtos do que as noites. Esse ano ele cultivou 200 hectares da semente. “Ano passado o quilo estava cotado a R\$15,00 esse ano caiu para R\$ 8,00, mas mesmo assim não vou desistir dela, ano que vem vou plantar de novo”, diz Finkler.

Para Finkler, a planta não é uma cultura que exige muito trabalho, só não tolera chuva e vento 20 dias antes da colheita. “O ciclo da Chia varia de 115 a 120 dias, mas quando está perto de colher se tiver vento ela vai para o chão”, completa.

O engenheiro-agrônomo e técnico da Emater em São Jorge

do Patrocínio, Fausto Ferdinando Paulin, faz um alerta aos produtores. “Cautela, por ser uma cultura nova eu recomendo ao produtor rural que faça primeiro o plantio em uma área experimental para avaliar a produtividade na sua região. Temos pouca informação sobre o cultivo e investir muito pode ser arriscado”, recomenda.

Outra orientação do técnico da Emater é a garantia da comercialização, “por ser um produto ainda pouco conhecido do consumidor o produtor deve primeiro garantir a venda da sua produção para depois plantar”, finaliza.

Para gulosos

A chia como a linhaça aumentou seu mercado ao se transformar em “moda”. “Eu recomendo o uso da chia aos meus pacientes, principalmente aqueles que são compulsivos por comida e mais gulosos, pois uma das propriedades dessa semente é dar uma sensação de saciedade, de preenchimento estomacal, o que ajuda a emagrecer”, afirma a nutricionista Bianca Araújo de Oliveira. Com muita fibra, Ômega 3, cálcio e minerais, ela indica o uso como boa alternativa às pessoas que não consomem leite. Bianca recomenda o consumo diário de duas colheres de sopa da semente, que podem ser adicionadas a sucos, iogurtes, saladas ou até mesmo crua.

Uma cartilha sobre o CAR

Cadastro Ambiental Rural é destrinchado em material do Sistema FAEP/SENAR-PR



O Sistema FAEP/SENAR-PR produziu, em parceria com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), uma cartilha com orientações sobre como fazer o Cadastro Ambiental Rural (CAR). A cartilha faz parte de um conjunto de ações compostas por treinamentos dos facilitadores dos sindicatos rurais que ajudarão os proprietários rurais no preenchimento do cadastro.

A cartilha, com 57 páginas, traz informações sobre o que é o CAR e um passo a passo de como o produtor rural deve acessar o link na internet (<http://www.car.gov.br>) para preencher. A publicação também responde a questões como:

- **Qual o prazo para fazer a inscrição?**
- **Quem deve fazer a inscrição?**
- **Quem é o responsável pelas informações do cadastro?**
- **Quais são os benefícios que o produtor tem ao fazer sua inscrição no CAR?**
- **Quais as consequências de uma propriedade não estar inscrita no CAR?**
- **Quais são as informações necessárias para a inscrição do CAR?**
- **Onde fazer a inscrição no CAR?**

“Tanto a FAEP como o SENAR-PR estão trabalhando para dar todo o suporte para que os sindicatos rurais possam orientar os produtores rurais para que eles possam ficar em dia com a legislação ambiental da forma mais tranquila possível”, comenta Ágide Menequette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Entre as ações desenvolvidas para apoiar os sindicatos estão as capacitações aos facilitadores. Acompanhe:

TIPO DE CURSO	PÚBLICO ALVO	Nº PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA
OFICINA	Funcionários dos sindicatos rurais	270	8 horas
CAPACITAÇÃO	Instrutores do SENAR-PR	14	24 horas
CAPACITAÇÃO	Funcionários dos sindicatos rurais	360	16 horas

Todas as capacitações foram acompanhadas pela engenheira-agrônoma e técnica do Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP, Carla Beck. “Um dos objetivos dessas capacitações é orientar o produtor sobre o data limite (06/05/2015), prevista em lei para que ele entregue o CAR. Lendo a cartilha o produtor terá conhecimento dos procedimentos necessários para fazer o CAR”, explica.

Regulamentação do Código Florestal no PR

No último dia 11, o governador Beto Richa encaminhou à Assembleia Legislativa (AL) do Paraná o anteprojeto de lei que regulamenta o Programa de Regularização Ambiental (PRA) das propriedades e dos imóveis rurais do Paraná. O projeto de lei nº 260/2014 é uma adaptação ao novo Código Florestal, criado pela lei federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. A matéria passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no último dia 12 agosto, no entanto, pedidos de vistas pelos deputados Péricles de Mello (PT) e Luiz Claudio Romanelli (PMDB) adiaram a votação para próxima terça-feira (dia 19). Se aprovada, a proposta seguirá para as outras comissões da Casa.

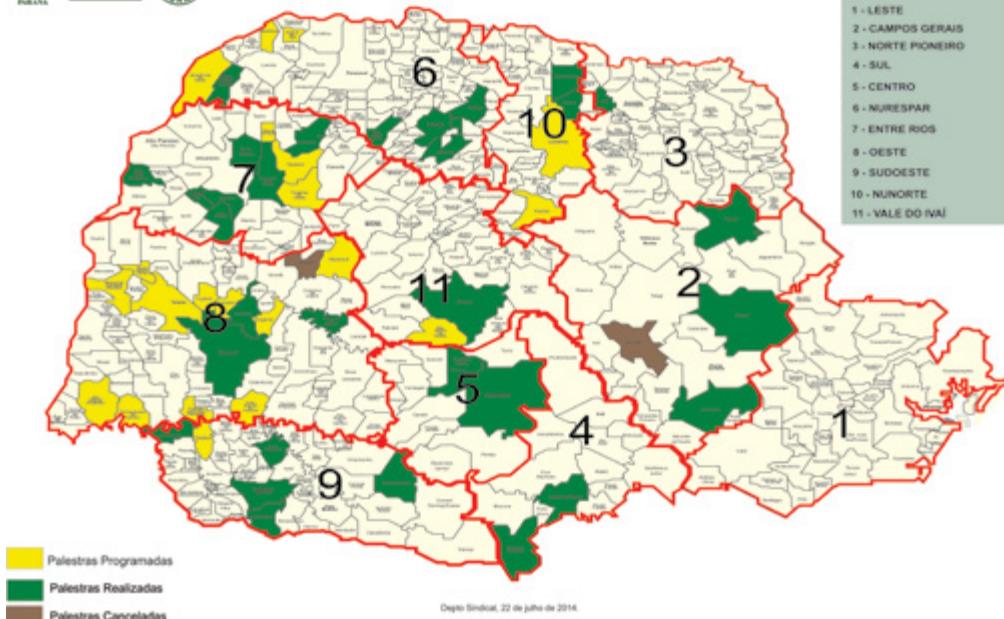
Casa em Ordem - As palestras do Programa “Casa em Ordem”, da FAEP, coordenadas pelo consultor Dalton Rasesa, apresentam as orientações contidas na extensa legislação que regula a produção rural. Veja o calendário para setembro e o mapa que ilustra o roteiro das palestras no Estado.

CRONOLOGIA DAS VIAGENS CASA EM ORDEM 2014 - SETEMBRO

Data	Horario	Município
1-set	08:00	STA. CRUZ DE MONTE CASTELO
2-set	08:00	ITAUNA DO SUL
2-set	14:00	NOVA OLIMPIA
11-set	08:00	LONDRINA
15-set	08:00	STA. MARIA DO OESTE
16-set	19:00	MAMBORE
17-set	08:00	TUPÁSSI
18-set	08:00	TOLEDO
20-set	08:00	MARINGÁ
22-set	19:00	REALIZA



Casa em Ordem 2014



ITR

Declaração de ITR

Dia 18 de agosto, é o início do prazo para declarar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). A declaração é obrigatória para quem tem imóvel rural e o prazo para a entrega termina no dia 30 de setembro. Para o cálculo deste imposto é utilizada uma alíquota que varia de acordo com a área da propriedade e o seu grau de utilização, sendo utilizado apenas o valor da terra nua, ou seja, sem qualquer tipo de benfeitoria ou cultura. Áreas de interesse ambiental, como APPs, Reserva Legal, Servidão Ambiental, entre outras, podem resultar em isenção do imposto e para essa finalidade é necessário apresentar o ADA (Ato Declaratório Ambiental) da área, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A declaração pode ser feita pelo computador usando o Programa Gerador da Declaração do ITR de 2014, disponível no site da Receita Federal. No caso de dúvidas procure o sindicato rural mais próximo ou ligue para (41) 2169-7957.

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

PRAZO PARA ENTREGA

30 DE SETEMBRO

FAÇA SUA DECLARAÇÃO NO SINDICATO RURAL. É FÁCIL, RÁPIDO E SEGURO. SEM A DECLARAÇÃO DO ITR, O PRODUTOR NÃO OBTÉM A CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO.

*Facilite o trabalho. Leve com você a declaração do ano passado.

SINDICATO RURAL DE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

MARIALVA



Primeiros socorros

O Sindicato Rural de Marialva, em parceria com a Usina Vale Renuka Ivaí, no distrito de São Miguel do Cambuí, ofereceu em agosto, o curso de Trabalhador na Segurança no Trabalho - primeiros socorros. Foram duas turmas: a primeira nos dias 05 e 06 e a segunda 07 e 08 com o instrutor Fernando Jodas Gonçalves.

CONGONHINHAS



JAA

No dia 19 de julho, as duas turmas do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), organizadas pelo Sindicato Rural de Congonhinhas, participaram de visita técnica no Pico Agudo, no município de Ibaiti, considerado um importante ponto turístico da cidade. Foram trabalhados conceitos de relevos paranaenses, meio ambiente e atitudes empreendedoras.

JANDAIA DO SUL



Pescados

O Sindicato Rural de Jandaia do Sul atendeu à sua extensão de base no município de Bom Sucesso, oferecendo, nos dias 21 e 22 de julho, o curso de Produção Artesanal de Alimentos - derivados de pescado. Participaram 13 produtoras com a instrutora Elaine Angelica Gasparello.

CORNÉLIO PROCÓPIO



Projeto Sorriso

O Sindicato Rural de Cornélio Procópio e o grupo Mulheres em Ação, também do sindicato, apoiaram a implantação do Projeto Sorriso Bom de Boca Baby no Centro Municipal de Educação Infantil Anjo da Guarda, em Cornélio Procópio. O projeto Sorriso tem como missão a atuação educativa e preventiva em saúde bucal, tendo o público alvo crianças até 05 anos.

RONDON



Molhos e temperos

O Sindicato Rural de Rondon, em parceria com o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do município, realizou o curso Produção Artesanal de Alimentos - conservação de frutas e hortaliças - conservas molhos e temperos. As aulas aconteceram nos dias 17 e 18 de julho na cozinha do sindicato. Com 15 produtoras rurais e a instrutora Renata Andrade Sá.

SÃO JOÃO



Corte costura/ Jardinagem

O Sindicato Rural de São João realizou dois cursos no mês de julho. O primeiro de Artesanato de Tecidos - confecção básica de vestuário - corte e costura em parceria com o Centro de Referência em Assistência Social, de 01 a 17, com a instrutora Jucelina Isabel da Silva Viana. O segundo curso de Jardineiro - implementação e manutenção, nos dias 09, 10 e 11 com a instrutora Nágila Lavorati.

STA TEREZINHA DE ITAIPU



Olericultura

O Sindicato Rural de Santa Terezinha do Itaipu realizou, nos dias 03 e 04 de julho, o curso Trabalhador na Agricultura Orgânica – olericultura orgânica. Com 14 produtores rurais e a instrutora Giane Dranka Mori.

LAPA



Ovinos

O Sindicato Rural da Lapa ofereceu, nos dias 01 e 02 de julho, o curso de Trabalhador na Ovinocultura - manejo de ovinos de corte. Para 10 produtores rurais com o instrutor Clodoaldo da Silva. O curso foi dividido em duas partes: uma teórica no sindicato e outra prática na propriedade do produtor Jurandir Baggio.

CAMPINA DA LAGOA



Agrotóxicos

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa organizou em parceria com a COAMO a realização, no município de Altamira do Paraná, do curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - Formigas Cortadeiras, no dia 06 de agosto. Participaram 13 produtores rurais com o instrutor Jorge Luiz Dias Alves. O encerramento do curso teve a participação do presidente do sindicato, Orlando Alexandre Vieira.

MARILÂNDIA DO SUL



Agrotóxicos

O Sindicato Rural de Marilândia do Sul em parceria com a COAMO realizou no período de 23 a 25 de julho o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos – integrado de agrotóxicos – tratorizado de barras – NR 31. Participaram 15 trabalhadores rurais com o instrutor Domingos Carlos Basso.

CIANORTE



Inclusão Digital

De 28 de julho até 02 de agosto, o Sindicato Rural de Cianorte realizou o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - Integrado. Para nove produtores rurais com o instrutor Welysson da Costa Herrero.

MANDAGUAÇU



Inclusão digital

Nos dias 29 e 30 de julho e 04 de agosto, o Sindicato Rural de Mandaguauçu ofereceu o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - inclusão digital - avançado 24 h. Para nove produtores e produtoras rurais com o instrutor Alex Fernandes de Almeida.

ORTIGUEIRA



Seminário leite

O Sindicato Rural de Ortigueira realizou no dia 16 de julho o curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite - Seminário sobre qualidade do leite. Para 22 produtores da região com o instrutor Urias José Corrêa Neto.

RENASCENÇA



JAA

O Sindicato Rural de Renascença conclui mais uma turma do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA). Os alunos tiveram orientação da instrutora Nágila Lavorati.

PALOTINA



Avaliação de vacas

O curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite – avaliação da conformação ideal de vacas leiteiras foi promovido pelo Sindicato Rural de Palotina, nos dias 28 e 29 de julho. Para 10 produtores e trabalhadores rurais com o instrutor Euler Márcio Ayres Guerios.

RIO AZUL



Colhedoras

O Sindicato Rural de Rio Azul realizou nos dias 01 e 02 de agosto o curso de Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - regulagem de colhedoras automotrizes - intermediário. Para 15 produtores e trabalhadores rurais com a instrutora Silvana de Fatima Ribeiro Olzewski.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.

Coincidências?

- **11 de setembro de 2011**, ataque às Torres Gêmeas;
- As vítimas totais que faleceram nos aviões que se chocaram com as Torres foram **254** : $2+5+4 = 11$
O dia **11 de Setembro** é o dia número **254** do ano: $2+5+4 = 11$
- **A partir do 11 de Setembro** sobram **111 dias** até o fim de um ano.

Resíduos

O lixo nuclear - ou “rejeito radioativo” - é classificado em três tipos: os de alta, média e baixa radioatividade. Entre uma gradação e outra, a radiação aumenta cerca de mil vezes. Os rejeitos de nível baixo e médio são guardados em depósitos provisórios ou permanentes. No Brasil, há depósitos provisórios em centros de pesquisa nuclear no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais - o único depósito permanente fica em Goiás.



Cor de rosa

O lago Hillier, na Austrália, é cor de rosa e rodeado por uma floresta densa e de pés de eucaliptos. Sua aparência é baseada na teoria de que dois microorganismos (Halobactéria e Dunaliellasalina) que se desenvolvem em ambientes com concentrações salinas são os responsáveis pela sua cor.



Penicilina

No Brasil, em 1942, chegava a notícia dos “milagres” curativos conseguidos com a penicilina.

Dizia-se, nessa época, em tom de brincadeira, que a “penicilina curava até defunto”. Sua exportação inicialmente era proibida por ser considerada uma droga de interesse militar e estratégico,

tendo uma produção reduzida. O então diretor do Instituto Oswaldo Cruz, Henrique

Aragão, resolveu instalar em Manguinhos uma fábrica-piloto de penicilina. No primeiro semestre de 1943, o antibiótico já estava sendo produzido no Brasil.





Cocô de passarinho

A japonesa Shizuka Bernstein garante que fezes de passarinho já eram usadas para limpeza de pele desde o século XVIII. Sabendo disso, a japa reinventou o preparado argumentando que a presença da guanina permite fazer uma limpeza completa na pele, removendo as maquiagens e também poluentes agressores à pele. O produto recebe um tratamento com luz ultravioleta, para matar as bactérias e o pote custa US\$ 180,00 (uns R\$ 400,00). Você tem árvore com passarinhos nos finais de tarde em suas proximidades?

Uísque bala

Envelhecido em barris de carvalho, o Macallan Fine and Rare Collection é considerado um dos melhores uísques do mundo. Para provar um golinho no bar do Borgata Hotel Casino & SPA, em Atlantic City, nos EUA, você gastará módicos US\$ 3.500 (cerca de R\$ 8 mil). Mas se tua preferência é por vinhos, um Chateau Lafite, de 1787, que pertenceu ao ex-presidente americano Thomas Jefferson – foi leiloado pela bagatela de R\$ 360 mil.



Bom gosto

Em 2013, dois músicos instalaram um sistema de som subaquático e foram para alto-mar a fim de desempenhar uma sinfonia submarina para as baleias brancas, as belugas. As baleias ficaram extremamente interessadas e se aproximaram, mostrando o maior gosto pela música entre todas as outras criaturas conhecidas na Terra.



Maior que o Sol

Não é o Sol a maior estrela conhecida, mas a VY Canis Majoris, também conhecida como VY Cma. Ela está a 5 mil anos-luz da Terra e tem 2,9 bilhões de quilômetros de diâmetro, 1.800 a 2.100 vezes maior que o do Sol. Apesar do seu tamanho, não é possível vê-la da Terra - ela está morrendo e despejando parte de sua massa em uma nebulosa que encobre nossa visão. Depois do Sol, a estrela mais brilhante para nós é a Sirius, distante 8,57 anos-luz.



Bons motivos

O telefone celular foi escolhido a segunda pior invenção humana em pesquisa realizada pela publicação Focus, da BBC. A publicação inglesa ouviu 4.164 pessoas no Reino Unido. Cerca de 17% dos entrevistados apontaram os celulares como pior invenção. O telefone só perdeu para o quesito “armas”, considerado a pior invenção humana por 35% dos entrevistados.

Sem dor

Cortar o cabelo ou as unhas não é problema para o corpo, pois estes vão sempre sendo substituídos. Por isso é que não há nenhum sistema de alarme que nos avise que algo está errado, e, por isso, não causa dor. Quem falou isso não tinha unha encravada.



PAU-BRASIL

Nem bem Pedro Álvares Cabral e sua tripulação pisaram em terra, já foram sacando do machado ou algo semelhante, e cortando uma árvore para erguer a cruz em que o frei Henrique de Coimbra celebrou a primeira missa no trecho recém-descoberto.

Os portugueses, apesar da fama que nós espalhamos, eram espertos e notaram que os índios sem entender patavína do que frei Henrique dizia, estavam ornamentados com pinturas avermelhadas.

Naquela altura do campeonato de 1500, o vermelho era associado à fecundidade, ambição, confiança. Ocorre que os censores da época escondiam que a palavra “vermelho” tem sua origem no latim “vermillus”, que significa “pequeno verme”.

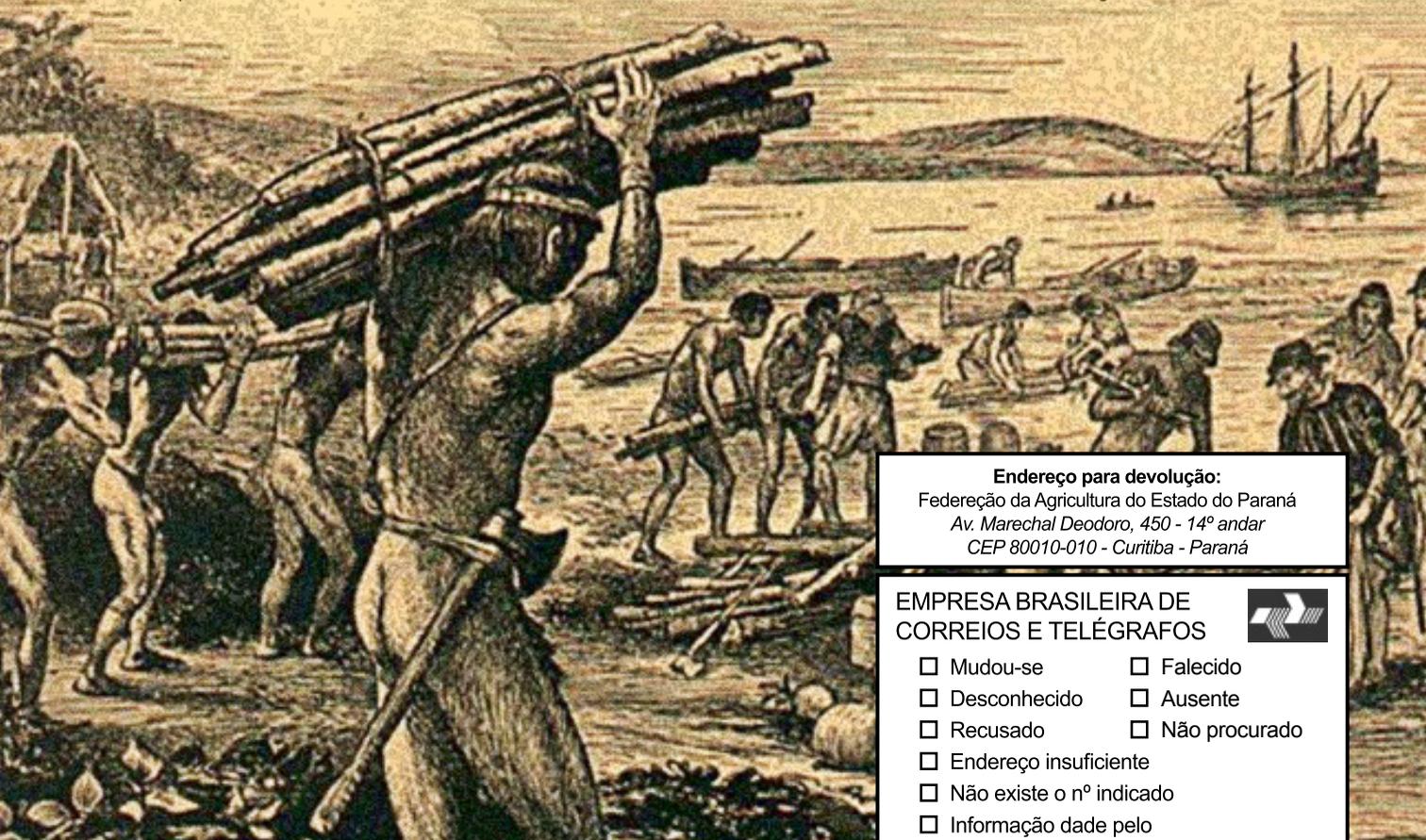
Os portugueses então perceberam que os habitantes nativos tiravam essa cor de uma árvore frondosa que proliferava pelas redondezas e aí começou a nascer o primeiro produto exportado (e contrabandeado) do nosso país. O viçoso Pau-Brasil seria, como sabemos, também a origem do nome deste país que se imaginava uma ilha, mas que na verdade era um continente.

A comercialização do Pau-Brasil foi esteio econômico do país durante 375 anos (1500 a 1875). Sua madeira servia para móveis e instrumentos musicais da época e sua tinta em tecelagem.

Aí os alemães inventaram as anilinas sintéticas em 1826, passaram a comercializá-la a partir de 1850 e “kaput” a efervescência do pau-brasil no mercado.

Calcula-se que foram despachadas para Europa cerca de 70 milhões de árvores de Pau-Brasil em forma de toras sob as bençãos do Rei de Portugal e pelo contrabando de franceses e ingleses. Com o porte elegante, copa arredondada, folhas verde brilhantes, flores em cacho amarelo-ouro, suavemente perfumadas, até 30 m de altura e 40 a 60 cm de diâmetro, o Pau-Brasil foi gradualmente sumindo das florestas deste país que leva seu nome.

Hoje a árvore Pau-Brasil é considerada uma planta em extinção no seu habitat natural - a Mata Atlântica, mas ainda pode ser encontrado em parques ambientais e algumas praças. A lei 6.607, de 07 de setembro de 1978, a declarou “Árvore Nacional” e escolheu o dia 3 de maio como Dia do Pau-Brasil. Alguém lembrou?



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br